

A importância da cooperação a nível do ETP entre os Estados membros da CPLP

Luis Costa

Diretor Executivo da ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais de Portugal



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DE
**CABO
VERDE**
A TRABALHAR PARA TODOS.



Quem somos?

- A ANESPO é uma organização sem fins lucrativos que agrega as entidades proprietárias das escolas profissionais privadas de Portugal
- Foi criada no início de 1991, há quase 30 anos, representa 156 entidades, que no conjunto têm mais de 200 estabelecimentos em todo o País
- A atividade principal é a qualificação inicial de jovens, cursos profissionais com duração de 3 anos, a partir dos 15 anos ou da conclusão do ensino básico (9 anos)

O que fazemos?

- As escolas profissionais são frequentadas anualmente por mais de 40 mil jovens que no final da formação obtêm dupla certificação, escolar (12º ano/escolaridade obrigatória) e nível IV de qualificação (quadros intermédios) de uma matriz de oito níveis assumida a nível europeu
- A esta luz, o QNQ – Quadro Nacional de Qualificações, estrutura-se em 8 Níveis, cada um definido por um conjunto de indicadores que especificam os resultados de aprendizagem, correspondentes às qualificações nesse nível, em termos de Conhecimentos, Aptidões e Atitudes
- Também promovem cursos de educação e formação de jovens (CEF) para alunos no ensino básico com dificuldades de aprendizagem e de progressão
- As EP desenvolvem também ações de qualificação de adultos ou de reconhecimento de competências, nomeadamente através de Centros Qualifica

As escolas profissionais e o ensino profissional

- As escolas profissionais regem-se atualmente pelo Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, que define o seu regime jurídico e regula a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado
- As primeiras 50 escolas profissionais privadas foram criadas em 1989 e os primeiros cursos profissionais entraram em funcionamento no ano letivo 1989/1990
- Até ao ano letivo 2004/2005 os cursos profissionais funcionaram apenas nas escolas profissionais. Quinze anos depois do início da experiência pioneira das escolas profissionais, os cursos profissionais passaram também a fazer parte da oferta dos agrupamentos e estabelecimentos de ensino secundário

Gestão e funcionamento das escolas profissionais

- As escolas profissionais prestam serviço público de educação, organizam-se e funcionam de acordo com os seus estatutos, que definem a sua estrutura orgânica, que tem de integrar, obrigatoriamente, um órgão de direção pedagógica e um órgão consultivo
- O órgão consultivo é constituído por representantes dos alunos, dos pais ou encarregados de educação, dos docentes e dos órgãos de direção da escola, bem como de instituições e organismos locais representativos do setor económico e social e das empresas parceiras na formação
- As autarquias locais – municípios e freguesias – são parceiros essenciais no funcionamento das escolas e na definição da oferta formativa, em particular nas regiões de baixa densidade ou mais isoladas esta é uma parceria virtuosa que permite a interação e convergência na perspetiva do desenvolvimento local

Tutela e autonomia das EP

- As escolas profissionais estão sujeitas à tutela do Estado/Ministério da Educação
- Gozam de autonomia para desenvolver as suas atividades de natureza pedagógica, cultural e tecnológica, nos termos do referido regime jurídico e demais legislação aplicável
- O financiamento das escolas profissionais privadas é da responsabilidade da entidade proprietária
- Contudo, desde o início é assegurado com o apoio de fundos comunitários (FSE) e do Estado

A importância da cooperação entre Estados

- Na fase de arranque e construção, as escolas profissionais foram beber ao que de melhor se passava na Europa, em particular aos países com sistemas mais desenvolvidos
- Essa ajuda, essa colaboração no âmbito da então CEE, hoje União Europeia, revelou-se útil e indispensável, não no sentido da réplica ou cópia do modelo, mas de obter fontes de inspiração para ajustar à realidade concreta de Portugal
- Fomos aprender com as experiências, mas também com os erros, de diferentes países com sistemas já consolidados ou em franco desenvolvimento, porque estávamos a construir um modelo de raiz, da base ao topo e esse contacto direto com a realidade concreta das escolas de cada país revelou-se vital

Modalidades de cooperação possíveis dentro da CPLP

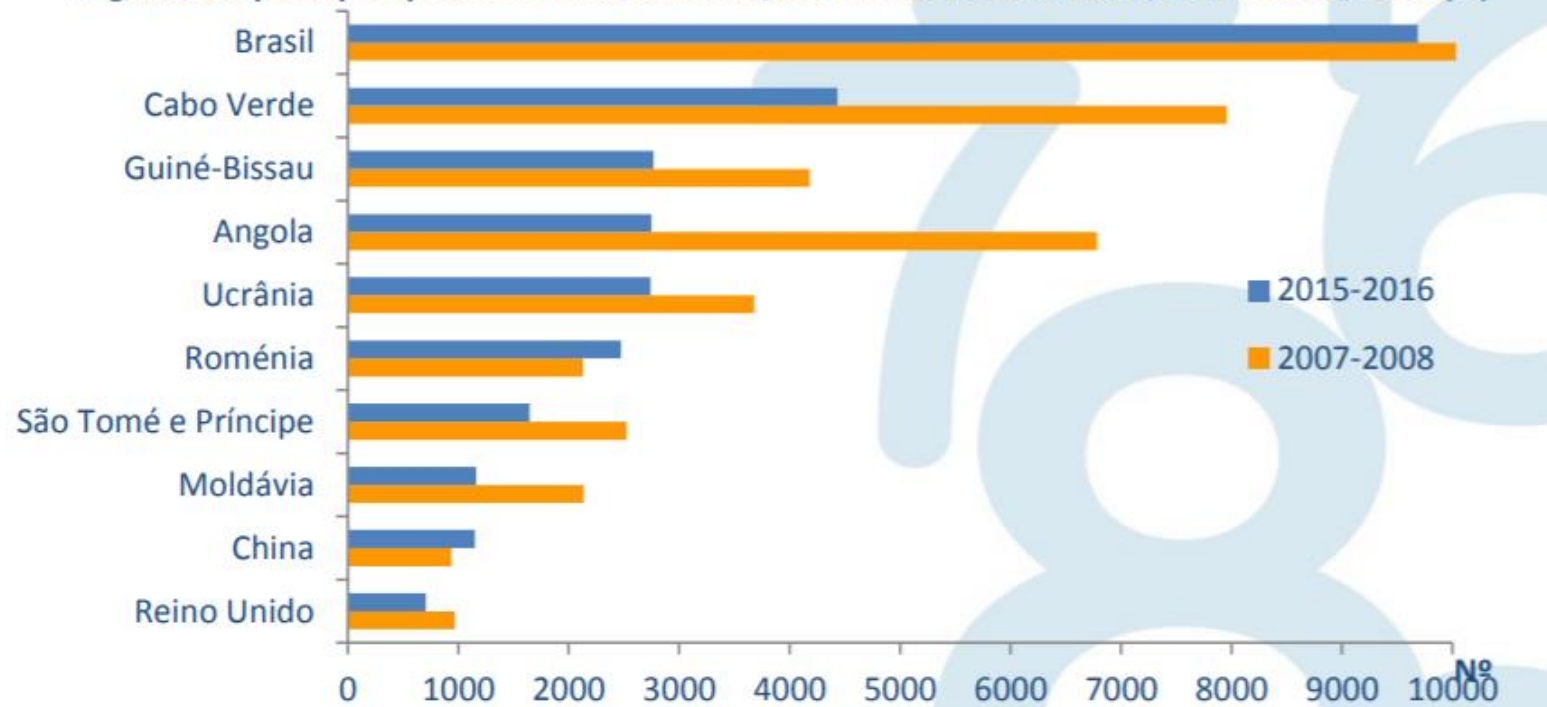
- Enquanto países da CPLP, temos um elemento comum, falamos todos uma língua assente na mesma base, o português de Portugal, mas que em cada país, em cada território é enriquecido com contributos de línguas e falas locais e, hoje cada vez mais, dos códigos de linguagem da globalização
- Temos um chão comum, os alicerces para uma cooperação ativa e a entreaajuda que pode assumir diferentes formas:
 - ✓ Gestão e organização da formação, métodos pedagógicos e práticas relacionadas com o envolvimento das empresas e do mundo do trabalho no processo educativo/formativo
 - ✓ Partilha e construção de meios didáticos e outras ferramentas pedagógicas
 - ✓ Intercâmbio de docentes e formadores na perspetiva job shadowing (observação)
 - ✓ Mobilidade de alunos para realizarem percursos parciais ou completos da formação noutra países, contexto e territórios, rasgando outros horizontes aos jovens

A experiência da ANESPO nestes 30 anos de vida

- As escolas profissionais portuguesas sempre acolheram alunos de outras nacionalidades, cujas famílias estavam a residir em Portugal, dentro do princípio da universalidade do ensino e da escola para todos
- Nas duas últimas décadas, com base em acordos de cooperação e contactos mais ou menos formais entre escolas e países da CPLP, alguns milhares de jovens vieram diretamente para Portugal para ingressarem nas turmas de cursos profissionais nas escolas profissionais
- Esta dinâmica está hoje um pouco mais esbatida, em virtude de constrangimentos associados ao sistema de financiamento

Alunos Estrangeiros em Portugal

Alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário em Portugal Continental, segundo os principais países de nacionalidade, nos anos letivos de 2007/2008 e 2015/2016 (%)



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização das autoras).

Principais constrangimentos à mobilidade de jovens

- O atual enquadramento do Fundo Social Europeu em Portugal determina que *são elegíveis à frequência de formação cofinanciada pelo FSE os formandos oriundos de países terceiros ao abrigo do princípio de reciprocidade e de igualdade de tratamento, desde que detentores de visto de residência para efeitos de estudo(...)desde que naturalmente sejam cumpridos os requisitos de acesso à formação estabelecidos na regulamentação específica aplicável*
- Porém, só têm direito a apoios sociais estabelecidos na legislação aplicável, os residentes de longa duração ou quem tenha feito prova *que o direito do acesso a apoio decorre de Acordo bilateral ou multilateral celebrado entre a Comunidade Europeia ou a Comunidade Europeia e os seus Estados membros, por um lado, e um ou mais Estados terceiros, por outro*
- Ou, *tenha sido feita prova que o direito no acesso a apoio decorre de Convenção internacional que o Estado seja parte ou se vincule, em especial o celebrado com países de língua portuguesa, a nível bilateral ou no quadro da CPLP*

Principais constrangimentos à mobilidade de jovens

- O acesso a apoios sociais dos alunos deslocados é uma questão em aberto que deve ser aprofundada, esclarecida e resolvida no diálogo bilateral ou no seio da CPLP
- A próxima regulamentação para 2021/2027 do novo FSE+ pode vir a contribuir nesse sentido. O Comité Económico e Social Europeu (CESE), aprovou recentemente um parecer sobre o futuro regulamento deste fundo que recomenda o seguinte: *Ainda que o FSE+ inclua um objetivo específico relativo à integração de cidadãos de países terceiros, o CESE recomenda a introdução de um considerando que clarifique que os regulamentos da UE não impõem restrições ao acesso dos refugiados, requerentes de asilo e migrantes de países terceiros a medidas ativas ou ao apoio social quando procuram aceder a essas medidas*

Cooperação ativa: o caso de Timor-Leste

- Como referido, a ANESPO valoriza muito a cooperação ativa e ela foi determinante na fase de nascimento e consolidação do ensino profissional em Portugal, desde os finais dos anos 80 do século passado
- Talvez por isso, no dia em que os responsáveis ministeriais da Educação de Timor-Leste bateram à porta da ANESPO, nos finais de 2011, para podermos ajudar a criar o ensino técnico-profissional, a resposta foi pronta e imediata: sim, podemos!
- Em fevereiro de 2012 foi assinado o Protocolo de Cooperação entre o ME-RDTL e a ANESPO e nesse mesmo mês foram para o território timorense os primeiros peritos portugueses para fazer diagnósticos, caracterizar os setores e as necessidades de oferta formativa

Cooperação ativa: o caso de Timor-Leste

- Em menos de 3 anos foi possível desenvolver etapas sucessivas para a criação e operacionalização de 18 qualificações, correspondendo a outros tantos cursos técnico-profissionais
- Comércio, Contabilidade, Informática, Hotelaria (Cozinha/Pastelaria), Hotelaria (Restaurante/Mesa Bar), Turismo (Recepção), Turismo (Informação turística), Eletricidade, Eletrónica, Construção Civil, Carpintaria, Mecânica, Mecânica Automóvel, Costura, Cabeleireiro, Pesca, Agricultura e Design e Artes Gráficas.
- Para todas estas áreas foram construídos planos curriculares, guias práticos, manuais, sempre em interação direta após verificação no terreno e, na fase final, a ANESPO assegurou ainda, através de uma adenda ao Protocolo inicial, a revisão, ilustração e arranjo gráfico dos manuais do Ensino Secundário Técnico-Vocacional

Outros experiências ou tentativas de cooperação ativa

- Nos últimos anos temos tido diferentes contactos com responsáveis governamentais ou técnicos, dirigentes de escolas de diferentes países da CPLP, alguns dos quais ainda não passaram da dimensão exploratória e a aguardar possíveis desenvolvimentos
- Muitas das nossas associadas têm contactos ou acordos bilaterais com escolas e outras entidades dos países da CPLP
- Outras associadas têm participação na estrutura societária de escolas profissionais ou de ensino superior existentes em países da CPLP, em particular em África
- No Congresso da ANESPO realizado em outubro de 2014, em Setúbal, realizámos um painel sobre a cooperação no espaço de língua portuguesa, com a participação de representantes governamentais e diplomáticos da generalidade dos países

Outros experiências ou tentativas de cooperação ativa

- Temos uma colaboração estreita com a embaixada de Cabo Verde, nomeadamente quanto ao enquadramento dos alunos que vêm para as escolas profissionais em Portugal
- Participámos em 2014 na EDUCA ANGOLA com um espaço próprio e desenvolvemos contactos institucionais, escolas e empresas
- Temos mantido contactos com entidades do Brasil, protocolos assinados, mas sem desenvolvimentos significativos até ao momento

A participação da ANESPO no projeto SAAM

- A ANESPO integra a experiência-piloto do chamado ERASMUS África, fruto da parceria entre a União Europeia e a União Africana
- Esta experiência inédita e pioneira tem por nome projeto SAAM – Supporting Alliance for African Mobility, liderado por uma escola do País Basco e em que a ANESPO faz parte do Comité de Gestão em representação dos parceiros dos países de língua portuguesa participantes: Angola, Cabo Verde e Portugal
- A parceria do SAAM inclui 32 organizações de 8 países europeus e 17 africanos. A ANESPO integra as parcerias peer to peer com as escolas participantes em Angola, Benim, Cabo Verde e Mali

A participação da ANESPO no projeto SAAM

- Infelizmente, na fase atual, não pode haver mobilidades no terreno, mas decorrem trabalhos virtuais a diferentes níveis
- A primeira reunião dos membros de toda a parceria que esteve para ser realizada em maio no Quénia, em Nairobi, foi feita de forma virtual e aguarda-se que haja condições para realização presencial mais tarde
- A primeira reunião do Comité de Direção prevista para Cabo Verde em dezembro próximo, por proposta apresentada pela ANESPO, também foi adiada para momento mais conveniente

Objetivos e metas do projeto SAAM

- O SAAM tem um financiamento comunitário de 4 milhões de euros, iniciou-se nos primeiros dias de 2020 e prolonga-se por 40 meses (poderá sofrer ajustamentos com a evolução da pandemia)
- Utilizando uma rede já existente de escolas e centros de formação profissional, ONG e organizações europeias ligadas à aprendizagem ao longo da vida, o SAAM visa apoiar a mobilidade de professores e formadores de ensino e formação profissional em várias áreas disciplinares, no desenvolvimento de novos currículos e metodologías e no relacionamento com o mercado de trabalho e o envolvimento das empresas no proceso formativo
- Está previsto que mais de 300 jovens africanos realizem estágios em empresas europeias, 70 professores e formadores provenientes da Europa e 135 provenientes de países africanos realizarem um “job shadowing”, que lhes permitirá, entre outras coisas, compreender a filosofia, a cultura, os costumes e o sistema de formação do país de acolhimento

Caminhos para uma mais estreita cooperação futura

- No quadro da CPLP deve ser explorada a janela de oportunidade que permita possibilitar tornar mais transparente e célere a possibilidade de jovens virem frequentar cursos profissionais para Portugal e terem acesso a apoios sociais em condições de igualdade
- A partir da experiência de Timor-Leste, a ANESPO está em condições de contribuir para desenvolvimento do ensino técnico-profissional noutras latitudes, na perspetiva de que temos um capital acumulado de 30 anos a construir um sistema de raíz, da base ao topo
- A ANESPO pode ainda servir de porta de entrada para outras formas de mobilidade para aprender no espaço europeu, uma vez que integra uma larga rede de escolas europeias, o EfVET – European Forum for Vocational Education and Training, estando presente nas suas estruturas diretivas

Caminhos para uma mais estreita cooperação futura

Os dados estão lançados. Da parte da ANESPO, as portas estão escancaradas para acolher propostas e contribuir ativamente para construir parcerias e soluções

No que respeita à CPLP, a cooperação nestes domínios talvez se pareça ainda com os versos de um dos grande poeta da língua portuguesa, Carlos Drummond de Andrade, no seu poema VERDADE:

***A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.***

Temos de criar condições para que todos possamos entrar e estar de corpo inteiro, em igualdade, com dignidade e equidade.

Luis Costa

diretorexecutivo@anespo.pt